

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2623/2022-PGJ, DE 1º.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 5375/2021-PGJ, de 13.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão do Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, dos Núcleos de Centro de Apoio Operacional e do Gabinete do PGJ, integrada pelos Promotores de Justiça designados para a Assessoria Especial, o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, os Núcleos de Centro de Apoio Operacional, a Secretaria-Geral e a Chefia de Gabinete do PGJ, referente ao 1º semestre de 2022, as seguintes informações:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
6 (19h01min) a 14.6.2022 (11h59min)	Cristiane Mourão Leal Santos	98478-2386

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2636/2022-PGJ, DE 2.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, Presidente; a Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva, Vice-Presidente; os servidores Leonardo Bertaglia Agostinho, Analista/Direito; João Antonio Billó, Greyce Kelly Gomes Santiago e Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno, Técnicos I; e Sonia Tenuta, Técnica II, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Permanente do Processo Seletivo de Estagiários, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 9ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 16 DE MAIO DE 2022.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000714-9**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposta irregularidade referente ao edital Concorrência n. 011/2020, Processo Administrativo n. 112.485/2019-76, com suposto envolvimento de "empresa de



fachada".

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE SUPOSTA IRREGULARIDADE REFERENTE AO EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 011/2020, COM SUPOSTO ENVOLVIMENTO DE "EMPRESA DE FACHADA" - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi constatada nenhuma ilegalidade no procedimento licitatório em questão. Inicialmente, denota-se que o presente procedimento foi instaurado a partir de representação anônima, dando conta de supostas irregularidades na Concorrência 011/2020 Processo Administrativo n. 112.485/2019-76, na qual se sagrou vencedor o empresário André Luiz dos Santos, sendo que este estaria envolvido na "trama" com a pessoa de Rudi Fioresi e a empresa "Rial Construtora", em possível conluio no certame. Conforme narrado pela Promotoria de Justiça, constatou-se que de fato as empresas "André L. dos Santos Eireli" e "Construtora Rial Ltda." participaram do certame, porém não se consagraram vencedoras consoante afirmado na denúncia. Assim, forçoso é concluir que não restaram demonstrados nos autos elementos mínimos que comprovem a prática de ato de improbidade administrativa, por violação aos princípios administrativos, prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito. Assim, vota-se pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001041-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: "New Vision" Gustavo Guimarães Borges Ltda.

Assunto: Firmar "Termo de Ajustamento de Conduta" com a Empresa "New Vision" Gustavo Guimarães Borges Ltda." referente à responsabilidade técnica da empresa.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS - FIRMAR "TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA" COM A EMPRESA "NEW VISION" REFERENTE À RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA EMPRESA - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00002675-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 25/28 está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002675-0 (fl. 34) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9, do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000437-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Pedro

Assunto: Apuração de desmatamento de 0,17 hectares em área de fitofisionomia de Savana arborizada sem floresta de galeria (SAS) e Vegetação Ciliar Aluvial (FA), na Fazenda JP, em Rio Negro, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Parecer n. 24/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO NEGRO/MS - APURAÇÃO DE DESMATAMENTO EM ÁREA DE FITOFISIONOMIA DE SAVANA ARBORIZADA SEM FLORESTA DE GALERIA E VEGETAÇÃO CILIAR ALUVIAL, NA "FAZENDA JP" - PROGRAMA DNA AMBIENTAL DO PARQUET - DANO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - IMÓVEL INSCRITO NO CAR/MS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Inicialmente, oficiado a se manifestar acerca dos fatos que deram ensejo a abertura do presente procedimento, o proprietário informou que o fato ocorreu, em razão de ter que se ausentar da propriedade e deixar de acompanhar o serviço de desmate, por motivo de saúde, ficando apenas o executor do serviço que não percebeu que havia errado o alinhamento do desmate, adentrando em pequena parte da reserva legal, não havendo que se falar em dolo na execução do desmatamento, mas erro de cálculo, o que se vê pelo ínfimo tamanho da área afetada (0,17 ha). Pela análise dos elementos de informação colhidos nos autos, verifica-se que o presente caso se trata



de um desmatamento de apenas 0,17 ha, ocorrido entre 05/09/2020 e 24/11/2020, de menor potencial ofensivo, se comparado à extensão do imóvel rural denominado "Fazenda JP", que possui 50ha 8.848m². Assim, aplica-se ao presente caso o Enunciado nº 03, do Conselho Superior do Ministério Público, segundo o qual se dispensa a instauração de inquérito civil quando restar comprovado que o dano ambiental é de menor potencial ofensivo. Dessa forma, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000447-4 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que realizem as diligências sugeridas nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000079-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Murilo Soriano Artilha Ferreira

Assunto: Buscar a reparação/ compensação da supressão de 1,56 hectares de Área de Preservação Permanente, no período de 25/02/2021 a 16/04/2021, no interior do imóvel rural “Fazenda Formosa” (CARMS0025448), pertencente a Murilo Soriano Artilha Ferreira (CPF nº 275.957.268-40), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ/MS - DILIGÊNCIAS – BUSCAR-SE A REPARAÇÃO/COMPENSAÇÃO DA SUPRESSÃO DE 1,56 HECTARES DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NO INTERIOR DO IMÓVEL RURAL “FAZENDA FORMOSA” - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00003082-1 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPI/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 105/113 está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003082-1 (fls. 124/128) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000127-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Escola O Quintal Metropolitano

Assunto: Apuração de possível violação a direitos de crianças que frequentam a “Escola O Quintal Metropolitano”, em razão da estrutura física da arquibancada existente na quadra de esporte.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEL VIOLAÇÃO A DIREITOS DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM A “ESCOLA O QUINTAL METROPOLITANO”, EM RAZÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA ARQUIBANCADA EXISTENTE NA QUADRA DE ESPORTES - SITUAÇÃO REGULARIZADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, verifica-se a ausência de justa causa para continuidade do feito, eis que a “Escola O Quintal Metropolitano” atendeu as exigências solicitadas pela equipe do DAEX, bem como cumpriu as exigências constantes da Vistoria do Corpo de Bombeiros, ocasião em que restou consignada pela “Construtora Paulo Barbosa Eireli -EPP” a conclusão da obra em conformidade com as orientações do DAEX/MPMS. Sendo assim, o DAEX/MPMS apresentou o Parecer de fls. 214/221, no qual se concluiu que “houve a adequada correção das situações que poderiam apresentar potenciais riscos aos usuários”. Promoção de arquivamento – homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001392-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Pedro Gomes

Assunto: Apuração de eventual ilegalidade no pagamento de gratificação sem rubrica aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Pedro Gomes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PEDRO GOMES/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL ILEGALIDADE NO PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO SEM RUBRICA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL ACATADA - AUSÊNCIA DE DOLO – PRESCRIÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Da análise dos documentos que compõem o presente inquérito civil, verificou-se a ausência de demonstração de ato doloso de improbidade administrativa, bem como a incidência de lapso prescricional à perquirição de eventual ressarcimento ao erário em decorrência dos eventuais prejuízos financeiros à municipalidade apurados no presente feito. Observa-se que as irregularidades administrativas constatadas foram sanadas, notadamente, em virtude do acatamento de Recomendação Ministerial n. 02/2016/PJ/PG, de sorte que, em respeito aos princípios constitucionais, foi interrompido o pagamento das gratificações por dedicação exclusiva fora dos moldes do inciso III, do artigo 62, da Lei n. 858/2005, bem como foi implementado o controle efetivo de cumprimento de carga horária diária e frequência dos servidores do Município de Pedro Gomes. Ato contínuo, observou-se que as irregularidades decorreram essencialmente da deficiência de controle, por parte do Poder Executivo Municipal, da verificação de satisfação dos critérios legais ao pagamento da verba citada, razão pela qual não restou configurado o dolo necessário para a caracterização de ato ímprobo. Por fim em relação a eventual prescrição acerca da restituição ao erário, fundamentou o Parquet (fl. 2.220): “ainda que assim não fosse, deduz-se do presente caso que eventual perquirição acerca da restituição ao erário estaria fulminada pela prescrição. Isso porque, nos termos do entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral (RE 852.475/SP), “São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na lei de improbidade administrativa.” (...) Na hipótese sub oculi, infere-se que as ilegalidades constatadas nos pagamentos de gratificações que culminaram em prejuízo ao erário foram efetivadas no período compreendido entre 2013 a 2017. Por consectário, infere-se que eventual busca judicial pelo ressarcimento ao erário estaria abarcada pelo manto da prescrição, haja vista se aplicar o prazo prescricional quinquenal com relação aos danos que não sejam decorrentes de ato ímprobo, na esteira do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça.” (fls.943/944). Dessa forma, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.0000411-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Flávia Moura dos Santos, Laura Moura dos Santos e Adecoagro Vale do Ivinhema S/A.

Assunto: Apuração do desmatamento de 5,70 hectares na "Fazenda Vô Zeca", município de Nova Andradina, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 359/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ANDRADINA/MS - APURAÇÃO DE DESMATAMENTO DE 5,70 HECTARES NA “FAZENDA VÔ ZECA”, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER Nº 359/20/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL - APRESENTAÇÃO DO CAR - DANOS DE PEQUENA MONTA – APLICAÇÃO DE MULTA – SUFICIÊNCIA – PRESERVAÇÃO DA ÁREA AMBIENTAL DA RESERVA LEGAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que a única irregularidade constatada foi o desmatamento de parte da vegetação nativa de 5,70ha de uma área total de 184, 8772ha, em desacordo com a autorização da autoridade administrativa ambiental, certo que a propriedade mantém o mínimo legal da área destinada à Reserva Ambiental, consoante se verifica do CAR nº 0065794. Para tanto, evidenciando-se a pequena monta da supressão vegetal nativa observada, foi aplicada a multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Denota-se, mais, que o responsável pela “Fazenda Vô Zeca” possui a Autorização Ambiental nº 458/2020, válida até 20.05.2024. Dessa forma, as diligências empreendidas foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do feito ora investigado, considerando-se que, no transcurso do presente procedimento, o proprietário da fazenda apresentou inscrição do imóvel no CAR, observando-se que o desmatamento indicado não atingiu área de preservação permanente ou reserva legal, não se constatando potenciais danos ambientais. Sendo assim, importa salientar que o desmatamento promovido se mostrou de pequena monta, diante da área total da propriedade, bem como da área destinada à composição e preservação referente à Reserva Legal em área superior a 20% legalmente exigidos. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**9. Inquérito Civil nº 06.2020.0000212-8**

8ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado do Mato Grosso do Sul e Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN).

Assunto: Apuração de eventual insuficiência de agentes penitenciários na

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL INSUFICIÊNCIA DE AGENTES PENITENCIÁRIOS - PROVIDÊNCIAS LEGAIS ADOTADAS - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001853-1 INSTAURADO PELO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO PENAL - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Findas as diligências úteis à instrução deste procedimento, o Promotor de Justiça da Comarca de origem, averiguou que a AGEPEN/MS e o Estado de Mato Grosso do Sul, vêm tomando as medidas necessárias para mitigação do "déficit" de agentes penitenciários, de modo que vem realizando concursos e nomeando os aprovados (XXXVIII Curso de Formação para Agente Penitenciário Decreto "P" n. 1.186, de 14 de dezembro de 2021). Urge, ainda, salientar que, embora no presente feito as providências tenham sido concluídas, tramita perante o Grupo de Atuação Especial da Execução Penal – GAEP, o Procedimento Administrativo n.09.2020.00001853-1, objetivando tratar sobre o "déficit" de agentes penitenciários nos Estabelecimentos Penais de Mato Grosso do Sul. Insta, ademais, ressaltar o que foi bem pontuado pelo senhor Promotor de Justiça Presidente do feito, assim: “a mesma questão já fora objeto de julgamento proferido pela 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, na Ação Civil Pública nº 0908099-62.2016.8.12.000, proposta pela 50ª Penitenciária Estadual de Dourados PED. Promotoria de Justiça de Campo Grande, em desfavor do Estado de Mato Grosso do Sul e da AGEPEN/MS, a qual fora julgada improcedente, posição mantida pela 4ª Câmara Cível do E. TJ/MS, entendendo que cabe exclusivamente ao Poder Executivo a administração e gestão de servidores a ele vinculados, sob pena de violação aos princípios da separação dos poderes e da reserva do possível.” (fl. 69). Promoção de arquivamento – homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000840-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio Garrido Rebelato e José Garrido Rebelato

Assunto: Apurar desmatamento de 5,53 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Mabega, em Nova Andradina, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Programa DNA Ambiental. Parecer nº 37/21/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ANDRADINA - APURAR DESMATAMENTO DE 5,53 HECTARES DE RESERVA LEGAL, NA FAZENDA MABEGA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - IMÓVEL INSCRITO NO CAR - AUSÊNCIA DE DANOS - INCÊNDIO FORTUITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Vistoria in loco que aponta a ocorrência de incêndio. Ausência de danos ambientais constatadas pela Polícia Militar Ambiental. Área atingida em bom estado de recuperação. Apresentação de Relatório Técnico para acompanhamento da regeneração. Imóvel inscrito no CAR/MS. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002100-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: Laticínios Camby Ltda.

Assunto: Apurar a regularização ambiental da atividade de laticínio da empresa Laticínios Camby Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DA ATIVIDADE DE LATICÍNIOS DA EMPRESA LATICÍNIOS CAMBY LTDA - REGULARIZAÇÃO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Notificação da empresa pelo Instituto Municipal de Meio Ambiente de Dourados. Realização de adequações e obras estruturais para evitar a ocorrência de danos ambientais. Regularização de pendências perante o IMASUL. Emissão de Renovação de Licença Ambiental e Renovação de Outorga de Uso de Recursos Hídricos. Não constatação de danos ambientais. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

**3. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001527-1**

3ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Creche Kids Clube

Assunto: Apurar a irregularidade no funcionamento da Creche Kids Clube.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SIDROLÂNDIA - APURAR IRREGULARIDADE NO FUNCIONAMENTO DA CRECHE KIDS CLUBE - PEDIDO DE DESISTÊNCIA - OBJETO EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Creche em funcionamento sem as licenças e alvarás necessários. Aplicação de multa pela administração municipal. Pedido de desistência junto ao município. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003368-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da utilização de bem público do Município de Naviraí para finalidades particulares, supostamente ocorrida no dia 03 de outubro de 2018, no imóvel localizado na Rua Florestal esquina com a Rua Ana Maria Bressa, nesta cidade de Naviraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NAVIRAÍ – APURAR A NOTÍCIA DE UTILIZAÇÃO DE BEM PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ PARA FINALIDADES PARTICULARES – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONFIGURADORES DE ATO ÍMPROBO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer objeto do Inquérito Civil. Utilização de trator locado para prestar serviços à Prefeitura Municipal. Ausência de vedação quanto a possibilidade de a empresa utilizar o trator fora dos horários utilizados pela Prefeitura. Serviço de limpeza de terreno particular em horário de almoço. Não constatado ato lesivo ao erário municipal. ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.201800003406-0

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul SES/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relativas ao Relatório de Auditoria Ordinária n. 233 Processo n. 27/003.366/2017, da Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria, especificamente acerca das matérias em que houve declínio de atribuição do MPF a esta especializada, quais sejam, as descritas nas Constatações n. 497427, 499508, 495843, 495865, 495852, 495866, 495858, 495868, 495988, 495989, 497738 e 499904.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES RELATIVAS AO RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA DA COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA, ACERCA DAS MATÉRIAS EM QUE HOUVE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO DO MPF - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do Inquérito Civil. Diversas constatações que já foram ou estão sendo objeto de investigação e acompanhamento pela Promotoria de Justiça de origem. Necessidade de apurações quanto a prestação de contas da Gestão Estadual. Representação encaminhada ao TCE/MS. Procedimento administrativo instaurado para acompanhar o término das fiscalizações do TCE/MS. Ausência de interesse de se prosseguir com o feito neste momento. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000265-0

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a regularização do atendimento aos direitos das pessoas com deficiência física, no que se refere à acessibilidade arquitetônica nas escolas estaduais, em observância às Leis Federais nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, ao



Decreto Federal nº 5.296/2004 e às normas constantes na Deliberação do Conselho Estadual de Educação CEE/MS nº 7.828/2005.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - APURAR A REGULARIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, NO QUE SE REFERE À ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto deste Inquérito Civil. Constatada ausência de acessibilidade na Escola Estadual do Município de Alcinópolis. Adotadas as medidas necessárias para reforma predial. Ausência de fundamentos para continuidade do feito neste momento. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001252-6

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado e Fundação Estatal de Saúde de Aparecida do Taboado-FESAT

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no plantão de sobreaviso de obstetrícia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PLANTÃO DE SOBREAVISO DA OBSTETRÍCIA - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatado alto número de transferência de parturientes em razão da falta de médicos obstetras na unidade hospitalar. Adotadas medidas necessárias para sanar irregularidades. Apresentação de escala de plantão médico. Expressiva redução no número de transferências no ano de 2021. Encaminhamento para outras unidades apenas nos casos de alta complexidade. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000222-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Henrique Pigozzi Caldeira, Alberto Agudo de Almeida, Marcelo Marques Caldeira, Vera Farias de Souza e Márcia Cristina Caldeira de Almeida

Assunto: Apurar desmatamento de 91,75 hectares em áreas Vegetação Nativa Remanescente, Área de Preservação Permanente e Consolidada, pertencentes ao Bioma de Mata Atlântica e Cerrado, na Fazenda Mineira, em Bonito, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 336/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO – APURAR DESMATAMENTO DE 91,75 HECTARES EM ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE, ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E CONSOLIDADA, PERTENCENTES AO BIOMA DE MATA ATLÂNTICA E CERRADO, NA FAZENDA MINEIRA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - ENUNCIADO N. 18/2018-CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Inquérito Civil anterior com mesmas partes e objeto. Aplicação do Enunciado nº 18/2018- CSMP. Continuidade das investigações no procedimento mais antigo. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000505-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cornélio Augusto

Assunto: Apurar o déficit de 0,63 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi no Lote nº 85, Gleba 2 Moroti (Sítio Bela Vista), em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 24/20/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SETE QUEDAS – APURAR DÉFICIT DE 0,63 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE REFERENTE AO RIO IGUATEMI NO SÍTIO BELA VISTA EM SETE QUEDAS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE



ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Ausência de vegetação nativa em APP. Danos ambientais. Propriedade devidamente cadastrada no CAR/MS. Apresentado PRADA. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigações de recuperar e indenizar. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000763-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a efetiva aquisição e entrega de insumos e medicamentos que serão adquiridos como decorrência do Pregão Presencial nº 52/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EFETIVA AQUISIÇÃO E ENTREGA DE INSUMOS E MEDICAMENTOS QUE SERÃO ADQUIRIDOS COMO DECORRÊNCIA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2021 - OBJETO EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Realização de pregão presencial para compra de medicamentos e insumos. Aquisição de medicamentos para beneficiários de decisões judiciais. Comprovação da compra e entrega dos medicamentos à população. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001739-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Iguatemi

Assunto: Apurar as deficiências do sistema de esgoto sanitário de Iguatemi e compelir o ente municipal a concluir o Plano Municipal de Saneamento Básico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CIDADANIA – SANEAMENTO BÁSICO – OMISSÃO ESTATAL – PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente público requerido, concluiu, na démarche inquisitorial, o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, cuja execução, já iniciada, será acompanhada mediante procedimento administrativo específico, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo Parquet.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001259-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Antonio Deni Confessor

Assunto: Apurar eventual dano ambiental constatado no Auto de Infração n. 22647, decorrente do aterramento de vegetação hidromórfica que compõe a Área de Preservação Permanente do Córrego Sacaron.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ATERRAMENTO DE ÁREA DE PRESEVAÇÃO PERMANENTE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DOS DANOS – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à compensação ambiental dos danos causados pelo aterramento da área de preservação permanente objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilatado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.



3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001223-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Ribas de Rio Pardo

Assunto: apurar ameaça de violação aos princípios da isonomia, moralidade e legalidade, assim como, as normas previstas na Lei 8.666/1993 e Lei nº. 14.133/2021, ocasionada pelo projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município de Ribas do Rio Pardo nº. 003/2021, que pretende alterar o artigo 90 da referida Lei.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – LEI ORGÂNICA – PROJETO DE EMENDA – INCONSTITUCIONALIDADE – AFRONTA A NORMAS GERAIS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS – REVOGAÇÃO – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL ATENDIDA – IRREGULARIDADES SANADAS – MERO DESEMPENHO DE COMPETÊNCIAS PÚBLICAS SEM COMPROVAÇÃO DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente público requerido, tão logo advertido de que seu comportamento estava em desconformidade com as normas gerais de licitações e contratos, acatou a recomendação ministerial e arquivou o projeto de emenda legislativa eivado de inconstitucionalidade, sem que tenha remanescido sobressalente a comprovação da prática de ato doloso com fim ilícito, exsurge imponente a perda superveniente do interesse de agir do Parquet para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000990-3

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande

Requerentes: Conselho Nacional de Vistorias Veiculares e Henrique Stanisci Malheiros

Requerido: Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN de Aquidauana/MS.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposta irregularidade no texto da Portaria DETRAN/MS “N” nº 88 de 27/11/2020, ao tornar facultativa a vistoria veicular na entrada do veículo no estoque da empresa cadastrada.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PATRIMÔNIO PÚBLICO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ÓRGÃO ESTADUAL DE TRÂNSITO – PODER REGULAMENTAR – VISTORIA VEICULAR – AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR COLEGITIMADO QUESTIONANDO A LEGALIDADE DE ATO NORMATIVO – REVOGAÇÃO ESPONTÂNEA – MERO DESEMPENHO DE COMPETÊNCIAS PÚBLICAS SEM COMPROVAÇÃO DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Sobreindo a certificação do ajuizamento de ação coletiva por coletitimado ativo com o fito de questionar a legalidade do ato normativo objeto do inquisitorial, já revogado pelo órgão estadual de trânsito, que, apenas e tão somente, desempenhou suas competências públicas, sem que tenha remanescido sobressalente a comprovação da prática de ato doloso com fim ilícito, exsurge imponente a perda superveniente do interesse de agir do Parquet para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001204-1

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Bicycles Monark S.A.

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Bicycles Monark S.A., a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campanha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – CONSUMIDOR – FABRICANTE DE BICICLETAS – DEVER DE COMERCIALIZAR SEUS PRODUTOS COM OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO PARQUET – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Sobreindo a constatação de que a fabricante sob investigação comercializa suas bicicletas com os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação brasileira de trânsito, assegurando, assim, o direito do consumidor, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do Parquet.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000157-7

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas



Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Simone Nassar Tebet, Waldir Marques Arantes, Getúlio Neves da Costa Dias, Helio Mangialardo, Leandro Carlos de Moura Campos, Antonio Fernando de Araújo Garcia e a Anfer Construções e Comércio Ltda.

Assunto: Apurar eventual recomposição do erário, em decorrência do suposto desvio de R\$ 368.091,64 (trezentos e sessenta e oito mil noventa e um reais e sessenta e quatro centavos) em benefício da empresa ANFER Construção e Comércio LTDA, vencedora da Concorrência Pública n.º 001/2008, presumidamente conduzida mediante fraude e com quebra de competitividade.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PATRIMÔNIO PÚBLICO – REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA DE FRAUDE EM LICITAÇÃO – PREJUÍZO NÃO COMPROVADO – RESSARCIMENTO INDEVIDO – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO PARQUET – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha sido possível perquirir os danos efetivamente causados aos cofres públicos em decorrência de eventual fraude em licitação, afigurando-se inviável a imposição de ressarcimento de prejuízos fictícios, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo Parquet.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000030-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no superfaturamento de medicamentos praticado, em tese, pela Prefeitura Municipal de Campo Grande e a Secretaria Municipal de Saúde, ocorrida no ano de 2012.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – FRAUDE EM LICITAÇÃO – SUPERFATURAMENTO DE PREÇOS – DENÚNCIA ANÔNIMA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha remanescido sobressalente qualquer indício de que os agentes públicos e os licitantes investigados tenham, de qualquer modo, fraudado licitações e/ou auferido vantagem altamente lucrativa e danosa ao erário, tal qual anonimamente conjecturado, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do Parquet.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000401-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar eventuais gastos exorbitantes com serviços de locação de impressoras, multifuncional e sistema de contagem de cópias pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – GASTOS COM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO EM DETRIMENTO DA AQUISIÇÃO – RAZOABILIDADE DEMONSTRADA – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO PARQUET – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os gastos efetivados com a locação de equipamentos de impressão, em detrimento da aquisição, mostraram-se razoáveis e coerentes com as necessidades da Administração municipal, a quem legitimamente cabe o juízo de conveniência e oportunidade sobre a modalidade contratual que melhor atende ao interesse público, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do Parquet.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000862-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Tânia Regina dos Santos Machado, Carmen Angélica dos Santos Machado Neves, Vânia Maria dos Santos Machado e Ana Carolina dos Santos Machado

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio De Lazer E Pesca Do Rio Aquidauana - Lote N. 77.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0766, no âmbito do Programa SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – DIAGNÓSTICO ECOSISTÊMICO DAS PROPRIEDADES QUE MARGEIAM O RIO AQUIDAUANA – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA REGULARIZAÇÃO



AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL OBJETO DA INVESTIGAÇÃO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta com obrigações suficientes à regularização ambiental das irregularidades objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilutado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001231-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: G.A.S.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado por G.A.S, decorrente de possível violação aos princípios da administração pública, nos termos da Lei nº 8429/92.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ATO QUE ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO – SUPERVENIÊNCIA DA LEI n.º 14.230/21 – RETROATIVIDADE DA NORMA MAIS BENÉFICA – AUSÊNCIA DE TIPICIDADE LEGAL – REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 1199) – ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADO ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE NA CONTROVÉRSIA PENDENTE DE ANÁLISE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – NÃO HOMOLOGAÇÃO. Uma vez reconhecida a repercussão geral da tese relativa à definição de eventual (ir)retroatividade das disposições da Lei n.º 14.230/2021, e não se afigurando recomendável o sobrestamento das ações que tramitam nas instâncias ordinárias, para não comprometer, além da legitimidade de eventuais constrições patrimoniais, a instrução processual e a produção de provas, rejeita-se a promoção de arquivamento fundamentada única e exclusivamente na controvérsia pendente de análise pelo Supremo Tribunal Federal, determinando-se o retorno dos autos ao órgão ministerial de origem, para sua reanálise.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, rejeitou a promoção de arquivamento e determinou a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para sua reanálise, nos termos do voto do Relator.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000838-1 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bonito

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça origem, a fim de que promova a adequação do Termo de Ajustamento de Conduta firmado, sem prejuízo de outras diligências que entender necessárias, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000968-0

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: R.P da S.

Assunto: Apurar suposto exercício de advocacia privada durante o desempenho de cargo público pelo Advogado-Geral do Município de Ladário.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTO EXERCÍCIO DE ADVOCACIA PRIVADA DURANTE O DESEMPENHO DE CARGO PÚBLICO PELO ADVOGADO-GERAL DO MUNICÍPIO DE LADÁRIO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - EXPEDIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO Nº 04/2021-5ªPJ - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas por meio da atuação resolutiva do órgão de execução, com a expedição da Recomendação nº 04/2021-5ªPJ (fls. 103-108), devidamente acatada pelo requerido. 2. Esgotadas todas as diligências, conclui-se que não subsistem fundamentos para a continuidade das investigações ou instauração de ação judicial cabível. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000715-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nereu Barbosa da Silva

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento ilegal no imóvel rural denominado Fazenda



Santa Rita do Alegrete, de propriedade de Nereu Barbosa da Silva, município de Ponta Porã, distrito de Cabeceira do Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NO DESMATAMENTO ILEGAL NO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA SANTA RITA DO ALEGRETE - MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, visando a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002644-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000872-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Maurício Ferreira de Moraes e Valdemir do Carmo Américo

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Sitiocas Lambari - Lote 22”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 0768, no âmbito do Programa SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR IRREGULARIDADE AMBIENTAL NO IMÓVEL DENOMINADO “SITIOCAS LAMBARI”, LOTE 22, TAL COMO CONSTA NA FICHA CADASTRAL Nº 0768, NO ÂMBITO DO PROGRAMA SOS RIOS MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002908-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001346-9

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Romildo Ferreira da Silva

Requerido: Município de Ladário/MS

Assunto: Apurar a contratação ilegal de escritório de advocacia pelo Município de Ladário, mediante inexigibilidade da licitação formalizada pelo Processo Administrativo 0003/2020 – Processo 150/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A CONTRATAÇÃO ILEGAL DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PELO MUNICÍPIO DE LADÁRIO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2020 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista que as irregularidades apontadas na portaria do inquérito civil foram sanadas pela Administração Pública Municipal, mediante a rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 060/2020, Processo Administrativo nº 150/2020. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000503-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: Francislei Massamboni e Paula Oliveira Bonfim Massamboni

Assunto: Apurar o déficit de 0,95 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi no Lote 76, Gleba 02 – Moroti, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 24/20/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DÉFICIT DE 0,95 HECTARES DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA FAZENDA LAGO AZUL - MUNICÍPIO DE SETE QUEDAS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com os requeridos, visando a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002101-1, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000567-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Dinaléia Soares de Brito Bruno

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente por destruir e danificar 2 hectares de área protegida de Reserva Legal no Sítio Bom Jesus, Lote 33, P.A Vicente de Paula, no Município de Paranhos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DANO AO MEIO AMBIENTE - POR DESTRUIR E DANIFICAR ÁREA DE RESERVA LEGAL NO SÍTIO BOM JESUS - MUNICÍPIO DE PARANHOS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a requerida, visando a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002106-6, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000191-8

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Eliseu Nunes da Silva

Requerida: Mix Beer Conveniência Eireli - ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do empreendimento Mix Beer Conveniência, localizado na Rua Presidente Vargas, nº 2175, Vila Progresso, Dourados/MS, especialmente o cumprimento das normas de posturas municipais e Política Municipal do Meio Ambiente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL E URBANÍSTICA DO EMPREENDIMENTO MIX BEER CONVENIÊNCIA – EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS DE POSTURAS MUNICIPAIS E POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades apontadas não mais subsistem, haja vista que o estabelecimento Mix Beer Conveniência encerrou suas atividades. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

**9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000405-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Romero Administradora de Imóveis Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico-ambiental no imóvel denominado “Chácara Nossa Senhora Aparecida”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1031, no âmbito do Programa SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL NO IMÓVEL DENOMINADO “CHÁCARA NOSSA SENHORA APARECIDA”, TAL COMO CONSTA NA FICHA CADASTRAL Nº 1031, NO ÂMBITO DO PROGRAMA SOS RIOS - MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003749-1, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000731-6 – SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça origem, a fim de que proceda as diligências, sem prejuízo de outras que o órgão de execução entenda pertinentes, nos termos do voto da Relatora.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDI JOSÉ DE LIMA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001407-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Pedro Gomes

Assunto: Visando apurar eventuais irregularidades na perfuração de poços artesianos, que deveriam ser feitos no KM 02, na estrada do Alto da Serra, para atender diversas famílias deste município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES NA PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO ÀS CUSTAS DO ERÁRIO – DESVIO DE FINALIDADE SANEADO E OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA LEGALIZAÇÃO E FRUIÇÃO DE BENEFICIADOS – CELEBRAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE P.A. – ATUAÇÃO RESOLUTIVA. 1. Poço Artesiano perfurado com verba pública que, após intervenção ministerial, saneou as irregularidades e desvio de finalidade, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC. 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001228-5

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ótica Ipê Ltda - ME

Assunto: Firmar termo de ajustamento de conduta com a empresa Ótica Ipê LTDA – ME, referente à responsabilidade técnica da empresa.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – REQUERIMENTO ÓTICA IPÊ LTDA - CELEBRAÇÃO DE TAC – PEDIDO DE ALVARÁ SANITÁRIO – REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento instaurado após a requerida solicitar celebração de TAC para entrar com pedido de Alvará Sanitário. Assim, com o envio dos documentos pertinentes, o TAC foi realizado de acordo com a resolução de regência, portanto, verifica-se que o objeto do feito está esgotado; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001420-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim, Aluizio Cometki São José e Carlos Oliveira Rezende

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da suposta inércia das autoridades do Município de Coxim em efetivar a necessária manutenção da ponte sobre o Córrego Figueira, mesmo cientes de seu estado de precariedade, o que acarretou acidente com a morte de três pessoas no ano de 2014.

Procurador do Município: Flavio Garcia da Silveira – OAB/MS nº 6.742.

Retirado de pauta a pedido do Conselheiro Relator para inclusão em pauta presencial.

4. Inquérito Civil n. 06.2019.00001168-2

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: CASSEMS - Caixa de Assistência dos Servidores do Estado do Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar eventual precariedade no setor de atendimento de urgência e emergência do Hospital CASSEMS, em relação a ausência de quadro de pessoal necessário e estrutura física adequada, principalmente na sala de inalação e na sala de emergência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SAÚDE – AVERIGUAR DEFICIÊNCIAS NO SETOR DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA DO HOSPITAL DA CASSEMS – AUSÊNCIA DE QUADRO PESSOAL E ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Diante das informações prestadas, da emissão de licença sanitária, da apresentação de cronograma e relatório de obras, da juntada de parecer de aprovação da Vigilância Sanitária e da realização de vistoria pelo Órgão Ministerial, verifica-se que não subsiste mais a precariedade no setor de atendimento de urgência e emergência do Hospital da CASSEMS; 2. Adotadas todas as providências necessárias, o arquivamento dos autos se impõe, haja vista que não remanescem providências a serem tomadas.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001304-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joaquim Queiroz Celestrino

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal, sem autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural denominado Fazenda Santa Clara, situado em Alcínópolis-MS, de propriedade de Cláudia Queiroz Celestrino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE – CONSTATAÇÃO DAS IRREGULARIDADES – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL – CELEBRAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA. 1. Propriedade rural autuada por área de desmatamento que ultrapassa a quantidade autorizada pelo órgão ambiental competente. Após intervenção ministerial, o proprietário se comprometeu a sanear as irregularidades e regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001701-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estância Minor

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 5,92 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Estância Minor em Caracol/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SUPOSTO DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA – CONSTATAÇÃO DAS IRREGULARIDADES – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE P.A. – ATUAÇÃO RESOLUTIVA. 1. Propriedade rural autuada por área de desmatamento. Após intervenção ministerial, celebrou-se Termo de Ajustamento de Conduta-TAC, o qual o proprietário se comprometeu a pagar indenização pelo dano ambiental, bem como delimitar a área de reserva legal e área de preservação permanente do imóvel, a fim de que



conste no CAR; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil n. 06.2020.00000357-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Álvaro Nackle Urt

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa cometida no âmbito da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, constatada a partir do TC/23323/2017 e Relatório Auditoria n. 31/2017 do Tribunal de Contas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA PREFEITURA DE BANDEIRANTES – PROCESSO NO TCE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE ATO ÍMPROBO – AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após apuração e esclarecimentos dos fatos, observa-se a falta de justa causa para prosseguimento do IC, pois não restou comprovado ato de improbidade administrativa do requerido nas contratações analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul; 2. Diante das alterações da Lei nº 14.230/2021, verifica-se que as diligências empreendidas não demonstraram a existência de dolo ou má-fé na conduta do ex-Prefeito de Bandeirantes, desse modo, o objeto do feito está esgotado e a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000192-2

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar o andamento do processo licitatório para aquisição de nova câmara mortuária para o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SAÚDE – LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE CÂMARA MORTUÁRIA – HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Diante da conclusão do procedimento licitatório e da previsão de entrega das câmaras mortuárias para maio/2022, somado ao fato de que as câmaras mortuárias do nosocômio e o container refrigerado do processo de locação complementar estão em funcionamento, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, não remanescendo providências a serem tomadas; 2. Adotadas todas as providências necessárias e saneadas as irregularidades constatadas, o arquivamento dos autos se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil n. 06.2017.00001296-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Alberto de Lamônica Guimarães e Leila Tannous Guimarães

Assunto: Apurar regularidade jurídico ambiental do imóvel rural denominado Rancho Alegre do São Lourenço, neste município – Projeto Rio Apa.

Advogado: Celso Zachert – OAB/MS nº 6.432.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DE IMÓVEL RURAL – RIO APA – CONSTATAÇÃO DAS IRREGULARIDADES – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA A REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE – CELEBRAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE P.A. – ATUAÇÃO RESOLUTIVA. 1. Propriedade rural situada às margens do Rio Apa que apresenta diversas irregularidades ambientais, constatadas através de Diagnóstico Ambiental. Após intervenção ministerial, os compromissários se comprometeram a sanear as irregularidades e regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000499-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Saldanha

Assunto: Apurar o déficit de 0,28 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi na Fazenda Santa Rosa - Parte I, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 24/20/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O DÉFICIT DE 0,28 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE REFERENTE AO RIO IGUATEMI NA FAZENDA SANTA ROSA – PARTE I, EM SETE QUEDAS/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 24/20/NUGEO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 100-107. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00002032-3 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as pendências diagnosticadas no Parecer Nugeo nº 24/20 foram objeto de TAC. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000502-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Francislei Massamboni e Paula Oliveira Bonfim Massamboni

Assunto: Apurar o déficit de 0,99 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi no Lote 75, Gleba 02 - Moroti, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 24/20/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O DÉFICIT DE 0,99 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE REFERENTE AO RIO IGUATEMI NO LOTE 75, GLEBA 02 EM SETE QUEDAS/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 24/20/NUGEO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com os compromissários, os quais se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 100-108. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00002041-2 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as pendências diagnosticadas no Parecer Nugeo nº 24/20 foram objeto de TAC. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000073-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa configurada por desobediência de ordem judicial no processo de Autos nº 0800712-28.2021.8.12.0028.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE BONITO - APURAR EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DEVIDO A DESOBEDIÊNCIA DE ORDEM JUDICIAL - AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ - EQUÍVOCO DE INTERPRETAÇÃO DA DECISÃO - NOVA INTIMAÇÃO ATENDIDA CONFORME LIMINAR CONCEDIDA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o ente municipal atendeu todas as intimações constantes no Mandado de Segurança nº 0800712-28.2021.8.12.0028, contudo por equívoco de interpretação publicou portaria diversa da que foi solicitada em ordem judicial. Nesse sentido, após nova intimação, a Prefeitura de Bonito cumpriu integralmente a liminar concedida no processo judicial, não restando caracterizado a presença de má-fé. Assim, vota-se pela homologação da promoção de



arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2021.00008222-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Recorrente: Anônimo

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventuais irregularidades decorrentes de suposta precariedade no interior da Penitenciária Estadual de Dourados.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NO ALOJAMENTO DA POLÍCIA PENAL DE DOURADOS - DILIGÊNCIAS NÃO ESGOTADAS - NECESSÁRIA VERIFICAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE REFORMA DO LOCAL - RECURSO PROVIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. O provimento do recurso em notícia de fato e a consequente não homologação da promoção de arquivamento se justificam em razão do não esgotamento das diligências necessárias para apuração dos fatos narrados. Conforme vistoria realizada pela Promotoria de origem, foi identificado que realmente há diversas infiltrações no alojamento da polícia penal e na sala de armazenamento de armas e munições, podendo ocasionar insegurança e acidentes em razão da má conservação. Desse modo, é necessário verificar quais medidas podem ser tomadas para evitar danos ao patrimônio. Assim, vota-se pelo provimento do recurso interposto e pelo não arquivamento da Notícia de Fato.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, deliberou pelo provimento do recurso interposto e pela consequente não homologação da promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000606-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, ante o descumprimento dos requisitos legais exigidos para contratação de advogados que prestam serviços ao Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BRASILÂNDIA – APURAR IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DIRETA DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA SINGULARIDADE DO SERVIÇO E ESPECIALIDADE TÉCNICA EVIDENCIADA - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO - RECOMENDAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO - CONCURSO PÚBLICO REALIZADO – IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que a Prefeitura de Brasilândia realizou a contratação direta de escritórios de advocacia especializados em Direito Tributário e Direito Administrativo, visando a elaboração de pareceres e acompanhamento técnico para cobrança de impostos e realização de licitações. Saliente-se, ainda, que os valores pagos são compatíveis com a tabela da Ordem dos Advogados do Brasil e seus sócios possuem experiência de atuação em diversos municípios do interior do Estado. Por fim, visando evitar irregularidades futuras, o ente municipal acatou a Recomendação expedida pela Promotoria de origem e está adequando sua equipe jurídica através do provimento de cargos por concurso público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003190-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento de 5,12ha de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, em imóvel rural situado no Município de Anastácio, indicado no Parecer n. 58/2016/Nugeo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANASTÁCIO - DANO AMBIENTAL - DESMATAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado



Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001029-4

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa na Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos de Ladário, em razão do superfaturamento do contrato de locação de maquinário, bem como ausência de utilização das máquinas, que estariam paradas na Secretaria.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - MUNICÍPIO DE LADÁRIO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PAGAMENTO REALIZADO POR HORA TRABALHADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que inexistem indícios que pudessem apontar possível direcionamento, favorecimento ou sobrepreço na contratação. De igual modo, o pagamento das prestações de serviços se dava após a confecção de relatórios fotográficos e medição de horas em que os veículos permaneciam ligados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000531-4

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar quantidade excessiva de mortes, no período de janeiro a outubro de 2019, no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul – HRMS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – SAÚDE PÚBLICA – APURAR QUANTIDADE EXCESSIVA DE MORTES NO PERÍODO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2019 NO HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL – AUMENTO SUBSTANCIAL NO NÚMERO DE ÓBITOS NÃO IDENTIFICADO – RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS PELO HOSPITAL – IMPLEMENTAÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE COMO META QUALITATIVA E IDENTIFICAÇÃO NOMINAL BEM DEFINIDA DAS SALAS DE PRONTO ATENDIMENTO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento se justifica, porquanto as investigações não identificaram o mencionado aumento substancial no número de óbitos no período de janeiro a outubro de 2019. Ademais, em atuação resolutiva do órgão de execução, o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul acatou a recomendação de implementação da taxa de mortalidade como meta qualitativa do nosocômio e de identificação nominal bem definida das salas de pronto atendimento. Perda do objeto. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001433-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no processo de licitação nº 10/2019, realizado pelo Município de Nova Alvorada do Sul-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2019 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL – RELATÓRIO DE ANÁLISE CONTÁBIL ELABORADO PELO DAEX – IRREGULARIDADES FORMAIS – ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO – AUSENTE A DEMONSTRAÇÃO DO DOLO NA CONDUTA – INEXISTÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO DO CONTRATO – AUSÊNCIA DE JUSTA



CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto as irregularidades encontradas pelo DAEX não são suficientes para ensejar o ajuizamento de ação civil pública pelo órgão de execução. O dolo na conduta do agente público não restou demonstrado, elemento volitivo indispensável para configuração do ato de improbidade administrativa. Igualmente, não foi identificado superfaturamento do contrato. Ausência de justa causa para manutenção das atividades do órgão de execução. Promoção de arquivamento homologada. **Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000833-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Kennedy Ulian e outros

Assunto: Apurar desmatamento de 4,87 hectares em área de savana Arborizada com floresta-da-galeria, na Fazenda São Bento do Taquari, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 71/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2019).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE COXIM – MEIO AMBIENTE – APURAR DESMATAMENTO DE 4,87 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA ARBORIZADA COM FLORESTA-DA-GALERIA NA FAZENDA SÃO BENTO DO TAQUARI – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000676-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Wilson Gazotto e Orivaldo Gazotto

Assunto: Apurar a ausência de 95,14 hectares de Reserva Legal na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANGÉLICA – MEIO AMBIENTE – APURAR A AUSÊNCIA DE 95,14 HECTARES DE RESERVA LEGAL NA FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo

para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003492-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Beatriz Diacópulos Rondon

Assunto: Verificar a ocorrência de safáris caçadas de animais silvestres na Fazenda Santa Sofia (migração de procedimento físico IC n. 024/2011).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AQUIDAUANA – MEIO AMBIENTE – VERIFICAR A OCORRÊNCIA DE CAÇADAS DE ANIMAIS SILVESTRES NA FAZENDA SANTA SOFIA – ILEGALIDADE CONSTATADA – CAÇADAS PREFERENCIALMENTE DE ONÇASPINTADAS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO



INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001695-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corguinho/MS

Assunto: Promover a fiscalização do ente municipal quanto à efetiva implantação da Lei da Transparência (LC nº 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO NEGRO – MUNICÍPIO DE CORGUINHO – PATRIMÔNIO PÚBLICO – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – ORIENTAÇÕES DO CENTRO DE APOIO ATENDIDAS – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E LEI DA TRANSPARÊNCIA DEVIDAMENTE CUMPRIDAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, uma vez que as irregularidades no Portal da Transparência originalmente apontadas foram corrigidas pela Prefeitura Municipal de Corguinho, atendendo às orientações do Centro de Apoio do órgão de execução. Destarte, demonstrada a atuação do Município de Corguinho de modo a cumprir a Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência, esvazia-se o objeto do presente procedimento. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000091-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Maristela Fraga Domingues e Agnes Marli Maier Scheer Miler

Assunto: Apurar possível incompatibilidade de acumulação de cargo/funções públicas e ato(s) de improbidade(s) administrativa(s) decorrente(s).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR POSSÍVEL INCOMPATIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGO E FUNÇÃO PÚBLICA – ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO – COMPATIBILIDADE – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE PREVÊ EXPRESSAMENTE A HIPÓTESE – VIAGEM PARA PARTICIPAÇÃO EM OFICINA TÉCNICA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL – MÁ-FÉ NÃO VERIFICADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto as investigações concluíram pela compatibilidade das funções públicas exercidas pelas servidoras, uma vez que a legislação municipal prevê expressamente a hipótese (Lei n. 917/2013). Ademais, a viagem das servidoras para participação em oficina técnica realizada em Gramado/RS foi autorizada pelo Executivo Municipal, inexistindo indícios de irregularidade. Não restou constatada a má-fé, tampouco dano ao erário. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00000112-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdeci Ribas de Araújo

Assunto: Apurar os percentuais investidos na área da educação pelo Município de Antônio João durante o exercício financeiro de 2013 a fim de investigar possível ato de improbidade administrativa em razão de violação à Lei Federal n. 11.494/2007.

Protocolo Unificado nº 02.2022.00016966-9

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ – MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO – PATRIMÔNIO PÚBLICO – MÚLTIPLOS REQUERIDOS – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA EXCLUÍDO UM



DOS INVESTIGADOS – ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO COM RELAÇÃO AO SERVIDOR – ENUNCIADO N. 17 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. O arquivamento parcial do inquérito civil se justifica, porquanto as investigações concluíram que o servidor público Valdeci Ribas de Araújo não praticou ato ímprobo, razão pela qual o seu nome não foi incluído na Ação Civil Pública ajuizada em defesa do Patrimônio Público pela prática de atos de improbidade administrativa. Deliberação em conformidade com o Enunciado n. 17 do CSMP, bem como com o art. 29, da Res. n. 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento parcial homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00000267-1

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Autoposto Bela Vista Ltda.

Assunto: Averiguar a regularidade ambiental das novas instalações do Autoposto Bela Vista Ltda., localizado na Rua Floriano Brun, esquina com a Rua Clóvis Cersismo de Souza, Dourados/MS.

Advogado: Maicon Angelo Pricinato – OAB/MS nº 24.763.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – MEIO AMBIENTE – AVERIGUAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO AUTOPOSTO BELA VISTA – SUSPEITA DE ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA SEM LICENCIAMENTO AMBIENTAL – IMBRÓGLIO JUDICIAL ENVOLVENDO A LOCALIZAÇÃO EM ÁREA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DA EMPRESA ENERGISA – AUSÊNCIA DE ATIVIDADE – POSTO DE COMBUSTÍVEL NÃO INAUGURADO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto a suspeita do desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental não se concretizou. Isso porque, desde o início das investigações, o Autoposto Bela Vista não obteve licenciamento ambiental e, portanto, não pôde funcionar, em decorrência de imbróglia judicial com a empresa Energisa, referente à localização em área de servidão administrativa. Ausente o dano ambiental, o objeto restou esvaziado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000562-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Josias Maffissoni Guimarães

Assunto: Apurar o desmatamento de aproximadamente 228,61 hectares de vegetação sem autorização do órgão competente, realizado na Fazenda São José, de propriedade de Josias Maffissoni Guimarães, localizada no Município de São Gabriel do Oeste.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE – MEIO AMBIENTE – APURAR O DESMATAMENTO DE 228,61 HECTARES DE VEGETAÇÃO NA FAZENDA SÃO JOSÉ – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 06.2020.00001197-1

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Energisa S/A

Assunto: Apurar representação informando acerca da má prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica pela empresa Energisa aos consumidores produtores rurais do Município de São Gabriel do Oeste/MS, consubstanciada na



falta de manutenção e reparo das redes elétricas, o que tem ocasionado focos de incêndio e danos em diversas propriedades rurais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE – CONSUMIDOR – APURAR REPRESENTAÇÃO DE MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA EMPRESA ENERGISA AOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – COMPROMISSO DE AGILIDADE NA MANUTENÇÃO E REPARO DAS REDES ELÉTRICAS – ADOÇÃO DE MEDIDAS REPRESSIVAS PARA COMBATE AOS FOCOS DE INCÊNDIO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público Estadual e a empresa Energisa S/A, com anuência do Sindicato Rural de São Gabriel do Oeste e do Corpo de Bombeiros local, prevendo o compromisso de manutenção e reparo das redes elétricas de forma ágil e proativa, bem como de adoção de medidas repressivas para combate aos focos de incêndio, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 06.2021.00000877-0

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Sesau

Assunto: Apurar se a Unidade de Pronto Atendimento Dr. Walfrido Azambuja de Arruda UPA Coronel Antonino possui quadro médico em conformidade com a Portaria de Consolidação nº 03/2017 do Ministério da Saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – SAÚDE PÚBLICA – APURAR A CONFORMIDADE DO QUADRO MÉDICO DA UPA CORONEL ANTONINO – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA – QUADRO DE MÉDICOS REGULARIZADO E SISTEMAS IMPLEMENTADOS – PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento se justifica, porquanto foram adotados os esforços necessários para saneamento das irregularidades originalmente constatadas na UPA Coronel Antonino. Após atuação resolutiva do órgão de execução, houve regularização do quadro de profissionais médicos e implementação de sistemas de proteção ao paciente, conforme constatado no relatório de vistoria técnica. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 06.2021.00000353-1 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 06.2021.00001069-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do Contrato nº 011/2019, bem como omissão por parte da Administração Pública Municipal na fiscalização da obra.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO N. 011/2019 – OBRAS EM UNIDADES ESCOLARES – ADOÇÃO DAS MEDIDAS NECESSÁRIAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto a Administração Municipal demonstrou estar adotando as medidas necessárias para apurar eventual irregularidade na execução do contrato n. 11/2019, celebrado com a empresa Aldevina A. do Nascimento Construtora Eireli. 2. A Promotoria de Justiça de origem instaurou Procedimento Administrativo para fiscalizar a atuação da Prefeitura Municipal e eventual irregularidade na execução contratual. 3. De acordo com o que dispõe o art. 28, caput, da Res. 15/2007-PGJ, “a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior



prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil”. 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000233-5

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado, Valdevir Ladislau Ferreira e Zanira Ariza Ladislau Ferreira

Assunto: Fiscalizar a execução das obras de infraestrutura do loteamento "Residencial Magnata"

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. FISCALIZAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL MAGNATA". IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que o problema objeto desta investigação foi solucionado, uma vez que os proprietários do loteamento Residencial Magnata, Valdevir Ladislau Ferreira e Zanira Ariza Ladislau Ferreira, implementaram as obras de infraestrutura básica no local, as quais foram vistoriadas e recebidas pelo Município de Aparecida do Taboado/MS, tendo o Cartório de Registro de Imóveis de Aparecida do Taboado/MS procedido as averbações da infraestrutura do loteamento Residencial Magnata na matrícula do imóvel.

Assim, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000234-6

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado e Carolina Mas Cardoso Franco

Assunto: Fiscalizar a execução das obras de infraestrutura do loteamento "Anduraluá II".

EMENTA: EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. FISCALIZAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DO LOTEAMENTO "ANDURALUÁ II". IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que o problema objeto desta investigação foi solucionado, uma vez que a proprietária do loteamento Anduraluá II, Carolina Mas Cardoso Franco, implementou as obras de infraestrutura básica no local, as quais foram vistoriadas e recebidas pelo Município de Aparecida do Taboado/MS, tendo procedido a respectiva averbação no Cartório de Registro de Imóveis de Aparecida do Taboado/MS. Assim, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002660-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Mendes da Costa

Assunto: Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca de possível dano ambiental em área de preservação permanente na "Colônia Paxixi lotes 4 e 5", de propriedade de Antônio Mendes da Costa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. COLETAR INFORMAÇÕES, SUBSÍDIOS E ELEMENTOS DE CONVICÇÃO ACERCA DE POSSÍVEL DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA "COLÔNIA PAXIXI LOTES 4 E 5", DE PROPRIEDADE DE ANTÔNIO MENDES DA COSTA. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o Relatório Técnico apresentado pelo requerido às fls. 71-83 é insuficiente para comprovar a efetiva recuperação da Área de Preservação Permanente do curso d'água do Rio Aquidauana, bem como o cumprimento das demais recomendações feitas pelo DAEX, restando dúvidas se as irregularidades ambientais ali encontradas pelo DAEX inicialmente foram devidamente corrigidas ou se elas ainda perduram. Assim, entendendo necessário, e prudente, que a Polícia Militar Ambiental seja oficiada para vistoriar a propriedade investigada (lotes nº 4 e nº 5 da Colônia Paxixi), a fim de verificar se houve o integral cumprimento das sugestões feitas pelo DAEX no Relatório Técnico à fl. 10. Por essa razão, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento e baixa dos autos à Promotoria de Justiça para adoção das providências cabíveis.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências cabíveis, nos termos do voto do Relator.

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000910-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cleonice dos Santos Ramos Pertile

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio De Recreio - Chácara Pesqueiro Da Barra - Lote 38", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0365, no âmbito do Programa SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL NO IMÓVEL DENOMINADO "SÍTIO DE RECREIO - CHÁCARA PESQUEIRO DA BARRA – LOTE 38", TAL COMO CONSTA NA FICHA CADASTRAL Nº 0365, NO ÂMBITO DO PROGRAMA SOS RIOS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a proprietária do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002911-4 (fls. 174-178) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001326-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio Fancelli e Pascoalina Jacomel Fancelli

Assunto: Apurar as causas e a responsabilidade do proprietário do imóvel rural “Fazenda Figueirinha” (CARMS0027365), situada no Município de Corumbá/MS, ora pertencente a Antonio Fancelli e Pascoalina Jacomel Fancelli, em decorrência do incêndio florestal em uma área de 3.890,79 hectares.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR AS CAUSAS E A RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RURAL “FAZENDA FIGUEIRINHA” (CARMS0027365), SITUADA NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS, ORA PERTENCENTE A ANTONIO FANCELLI E PASCOALINA JACOMEL FANCELLI, EM DECORRÊNCIA DO INCÊNDIO FLORESTAL EM UMA ÁREA DE 3.890,79 HECTARES. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que a propriedade se encontra devidamente inscrita no CARMS sob o nº 27.365 (fls. 76/77). Verifica-se, também, que a responsabilização administrativa foi perseguida e aplicada na competente instância administrativa, tendo o requerido Antônio Fancelli sido multado, por meio do Auto de Infração nº 2632, por provocar incêndio em mata ou floresta sem licença outorgada pela autoridade competente, no valor de 1.170.000,00 (fl. 37). Por outro lado, verifica-se que o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado às fls. 130-137, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, bem como que as obrigações pactuadas atendem, suficientemente, o enfrentamento das irregularidades objeto do procedimento, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Posto isso, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001450-6

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Verificar a regularidade dos atos administrativos referentes ao Processo Licitatório nº 000029/18 (Pregão Presencial nº 09/18).

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. VERIFICAR A REGULARIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000029/18 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/18). DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que o Município de Sidrolândia anulou o Pregão Presencial nº 009/2018, por motivos de interesse público, não tendo este acontecido. Verifica-se, também, que o objeto da presente investigação resta solucionado, uma vez que não restou comprovado qualquer irregularidade no referido procedimento. Dessa forma, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001210-8**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Sense Industria de Bicletas da Amazonia Ltda.

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Sense Industria de Bicletas da Amazonia Ltda., a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. GARANTIR AOS CONSUMIDORES EM GERAL, QUE ADQUIREM E QUE VENHAM A ADQUIRIR BICICLETAS FABRICADAS PELO FORNECEDOR SENSE INDUSTRIA DE BICICLETAS DA AMAZONIA LTDA., A INSTALAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ITENS OBRIGATÓRIOS E INDISPENSÁVEIS À SEGURANÇA, QUAIS SEJAM, CAMPAINHA, RETROVISOR ESQUERDO E SINALIZAÇÃO RETRORREFLETORA. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) juntado nos autos não está devidamente assinado pelo Promotor de Justiça, sendo que consta apenas a assinatura da empresa compromissária, em desconformidade com o art. 33 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). Assim, necessário que o órgão de execução promova a adequação do Termo de Ajuste de Conduta, no sentido de que seja juntada aos autos a via do referido TAC contendo, além da assinatura da empresa compromissária, a devida assinatura do Promotor de Justiça. Posto isso, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à promotoria de Justiça de origem para diligências nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002639-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade na reforma realizada pelo Município de Terenos/MS em duas pontes próximas ao local onde funcionava a pedreira MAPE.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA REFORMA REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE TERENOS/MS EM DUAS PONTES PRÓXIMAS AO LOCAL ONDE FUNCIONAVA A PEDREIRA MAPE. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, uma vez que não foi possível comprovar a efetiva ocorrência de improbidade administrativa na espécie, bem como diante da ausência de prova concreta de dano ao erário, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002929-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: VETT - Via Express Tecnologia e Telecomunicações LTDA.

Assunto: Apurar eventual direcionamento e irregularidades na execução do contrato decorrente do Processo Licitatório nº 396/2017/DL/PMD, que teve por objeto a instalação, manutenção e operação de Rede Metropolitana (MAN) no Município de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL DIRECIONAMENTO E IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 396/2017/DL/PMD, QUE TEVE POR OBJETO A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE REDE METROPOLITANA (MAN) NO MUNICÍPIO DE DOURADOS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que, após diversas diligências, a Promotoria de Justiça de origem não obteve êxito em localizar profissional competente que realizasse, em conjunto com a equipe de apoio do órgão de execução, verificação in loco acerca das condições de execução do contrato oriundo do pregão presencial nº 088/2017 (fls. 790-793). Em consonância ao entendimento exposto em Promoção de Arquivamento, de fato, para a confirmação de eventuais irregularidades na execução do contrato decorrente do Processo Licitatório nº 396/2017/DL/PMD, que teve por objeto a instalação, manutenção e operação de Rede Metropolitana (MAN) no Município de Dourados, seria imprescindível a realização de perícia in loco por parte de profissional habilitado para tanto, o que não foi possível realizar nos autos (fls. 793/794). Além disso, verifica-se que a Promotoria de Justiça certificou que, em consulta ao Diário Oficial do Município de Dourados/MS, constatou que o contrato objeto dos autos foi encerrado no dia 30 de maio de 2021 (fl. 787), não sendo mais possível a realização de perícia para avaliar a execução do contrato. Dessa forma, não há provas nos autos da existência de dolo por parte do gestor municipal e das pessoas jurídicas envolvidas em se mancomunarem para



ilicitamente locupletarem do erário público e, como consequência, gerar prejuízo ao erário público. Inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001531-6

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: FUNSAU, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a falta de insumos necessários para realização de angioplastia e cateterismo cardíaco no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A FALTA DE INSUMOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ANGIOPLASTIA E CATETERISMO CARDÍACO NO HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul informou que o Setor de Hemodinâmica já recebeu os insumos necessários para a realização dos procedimentos de cateterismo cardíaco e angioplastia coronária, tendo apresentado os relatórios de produção referente aos meses de janeiro/2022 e fevereiro/2022 e os empenhos dos materiais que se encontravam em falta e já foram reabastecidos. Além disso, esclareceu que apesar da comunicação enviada aos Órgãos Reguladores, o HRMS permaneceu durante todo o período suscitado admitindo novos pacientes, não sendo efetivada suspensão integral do serviço. Dessa forma, verifica-se que foram adotadas todas as providências necessárias para regularizar a falta de insumos necessários para realização de angioplastia e cateterismo cardíaco no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, não sobrevivendo novas denúncias/reclamações de usuários do SUS relativas ao objeto tratado nesses autos. Assim, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 6 de junho de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 002/2022-SGP

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2.654, de 28 de abril de 2022, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 001/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.662, de 10 de maio de 2022:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRATIVA	MICHAEL JOSÉ LOPES FEENEY	5º
DOURADOS	ENSINO MÉDIO	BRUNO FERRAZ DA SILVA	1º

Campo Grande, 06 de junho de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**AVISO Nº 003/2022-SGP****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA a DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2.654, de 28 de abril de 2022; e convocados pelo Aviso de Convocação nº 001/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.662, de 10 de maio de 2022:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO	- LUIZ FERNANDO ANDREOLLI SALTÃO	1º
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO	- JHESSICA MOREIRA	3º
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO	- LARA AQUINO JUNGES	6º
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO	- GIOVANNA LUÍSA BULDI VIEIRA	7º
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO ENGENHARIA CIVIL	- EDUARDO WELINGTON STOCCO	2º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO	- RAFAELLA DAS NEVES CORREA	1º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO/JORNALISMO	- CARLOS EDUARDO ELEUTÉRIO BASTOS	1º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO ENGENHARIA AMBIENTAL SANITÁRIA	- OU RHAISSA HISSAE MAEZAWA DE SOUZA	1º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO ENGENHARIA ELÉTRICA	- RYAN CARLOS VILELA SILVEIRA MAIA	1º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	- DAVI LIMA NOGUEIRA	1º
COSTA RICA	GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO	- WILIAN RODRIGO CIRILO DE SOUSA	1º
NOVA ANDRADINA	ENSINO MÉDIO	GABRIEL DOS SANTOS OLIVEIRA	1º

Campo Grande, 06 de junho de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

AVISO Nº 004/2022-SGP**XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA a DESISTÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2.654, de 28 de abril de 2022; e convocados pelo Aviso de Convocação nº 001/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.662, de 10 de maio de 2022:



COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ISABELA MARIA DE ASSIS	1º
COXIM	ENSINO MÉDIO	PAULO MÁRCIO SOUZA SOUTO PAIVA	1º
COXIM	ENSINO MÉDIO	EDUARDA LUZ DE MENEZES	2º
MARACAJU	ENSINO MÉDIO	VIDA MARIA LEITE DA SILVA	1º

Campo Grande, 06 de junho de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LOCAÇÃO DE IMÓVEL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS) declara pública a intenção de **locar um imóvel situado no perímetro urbano do município de Itaporã/MS**, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, para os fins de instalação de Órgãos de Execução e Auxiliares, conforme especificado no Anexo A deste extrato, e de acordo com as normas técnicas exigidas, em especial, no que diz respeito à acessibilidade. Os interessados deverão encaminhar a proposta conforme formulário constante no Anexo B, instruída com a documentação do proponente e do imóvel, e acompanhada da Autorização de Intervenção, que consta no Anexo C, **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, contados da data de publicação deste aviso, para o *e-mail* da Secretaria de Administração do MPMS, sead@mpms.mp.br, ou poderão, ainda, protocolizá-la na Divisão de Protocolo-Geral do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, CEP 79031-907, em horário comercial (12h às 19h).

Campo Grande/MS, 06 de junho de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA.
Secretária-Geral do MPMS.

ANEXO A					
PLANO DE NECESSIDADES					
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES	ACESSIBILIDADE
USO RESTRITO	SALA DE TRABALHO 01 (com sanitário privativo)	01	13,00 m²	Ambiente com espaço para 01 (uma) mesa de trabalho formato "L" de 1,60 x 1,60m, 01 (uma) cadeira do tipo digitador, 02 (duas) cadeiras para atendimento, 02 (dois) armários altos e 02 (dois) armários baixos, 01 (um) sanitário privativo, com lavatório e bacia sanitária,	DESEJÁVEL



				com área aproximada de 4,00 m².	
	SALA DE TRABALHO 02	01	12,00 m²	Ambiente com espaço para 02 (duas) mesas de trabalho formato “L” de 1,40m x 1,40m, 02 mesas retas de 1,4mx1,40m, 01 (um) armário baixo, 02 (duas) cadeira do tipo digitador, 02 (duas) cadeiras para atendimento e 02 mesas retas de 1,4mx1,40m	OBRIGATÓRIA
	SALA DE TRABALHO 03	01	22,0 m²	Ambiente com espaço para 05 (cinco) mesas de trabalho formato “L” de 1,40M x 1,40m, 05 (cinco) cadeiras do tipo digitador, 02 (duas) cadeiras para atendimento, 02 (dois) armários altos e 02 (dois) armários baixos,	DESEJÁVEL
	ARQUIVO	01	9,00 m²	Ambiente com espaço para acomodar estantes.	DESEJÁVEL
	SALA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	01	9,00 m²	Ambiente destinado a área técnica de TI, para processamento de dados.	DESEJÁVEL
	ESTACIONAMENTO COBERTO	02	2,50m x 5,00 (largura x comprimento) (cada unidade)	Mínimo de 02 (duas) vagas de garagem internas ao terreno e com cobertura.	DESEJÁVEL
ÁREA LIVRE	RECEPÇÃO	01	18,00 m²	Ambiente de atendimento ao público. Deve comportar 01 (um) balcão de atendimento acessível de 2,10m, 01 (uma) cadeira digitadora, 01 (uma) longarina para espera, 01 (uma) cadeira para pessoa obesa e espaço para pessoa em cadeira de rodas, 01 (um) armário baixo, 01 (um) bebedouro.	OBRIGATÓRIA
USO COMUM	SANITÁRIO ACESSÍVEL	01	4,50 m²	Localizado em rota acessível, próxima à circulação principal e recepção, evitando estar em local isolado. Possuir dimensões mínimas, conforme recomendado pelas ABNT NBR 9050/2020.	OBRIGATÓRIA
	SANITÁRIO COMUM	01	4,00 m²	Sanitário localizado preferencialmente próximo às salas de trabalho 02 e 03.	DESEJÁVEL
	COPA	01	12,00 m²	Ambiente destinado a pequenas refeições e higienização de louças com capacidade para fogão elétrico, geladeira, bancada com pia, <i>microondas</i> , bebedouro e	DESEJÁVEL



				mesa para 4 (quatro) lugares.	
	DEPÓSITO PARA MATERIAIS DE LIMPEZA (DML)	01	5,00 m²	Espaço reservado ao armazenamento produtos e equipamentos de limpeza.	DESEJÁVEL
	ÁREA DE SERVIÇO	01	4,50 m²	Ambiente composto por tanque.	DESEJÁVEL
	SALA DE REUNIÕES	01	16,00 m²	Sala de reuniões com espaço para acomodar 01 (uma) mesa com capacidade de seis a oito pessoas.	DESEJÁVEL

Observações:

1. Em atenção às recomendações do CNMP, através da resolução N.º 81 de 31 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade, todos os imóveis a serem locados e construídos pelo Ministério Público devem atender integralmente às diretrizes de acessibilidade, a saber, NBR 9050 - 2020 e outras normas pertinentes.
2. O imóvel deve estar localizado em local preferencialmente sem declive e com calçadas com rotas acessíveis.
3. A edificação deve ser preferencialmente térrea ou possuir plataforma acessível/elevador. Caso esta possua pavimento superior e acesso apenas por escada, os ambientes que estejam no pavimento térreo devem ser os essenciais ao atendimento ao público;
4. Os ambientes de trabalho deverão possuir pontos de elétrica e lógica adequados de acordo com as características citadas no programa de necessidades, incluindo também os pontos elétricos para os aparelhos de ar-condicionado.
5. Por questões de segurança institucional, o imóvel deverá possuir muro ou gradil de fechamento em todo o perímetro, com altura mínima de 2,10 metros.
6. Portão de entrada dos veículos deverá ser automatizado.

ANEXO B

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MPMS.

(NOME DO PROPONENTE), CNPJ/CPF nº _____, com endereço em (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE), portador(a) do documento de identidade RG nº _____, e do CPF nº _____, referente à LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO A, vem apresentar a seguinte proposta comercial:

VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)

VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)

ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL:

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:

ÁREA CONSTRUÍDA:

QUANTIDADE DE VAGAS NA GARAGEM:

Dados completos de identificação e contato do proponente (*e-mail*, telefones, fax, etc.).

Prazo para entrega das chaves do imóvel: (número por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura desta proposta.

Esta proposta tem a validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.

_____, ____ de _____ de 20__.
(local) (data)

Assinatura (proprietário/representante legal)

Documentação do imóvel:

- a) certidão de inteiro teor de seu registro;
- b) certidão de habite-se;
- c) laudo atualizado do Corpo de Bombeiros;
- d) comprovante de cadastro no Fisco Municipal para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com indicação do valor deste;
- e) planta baixa atualizada.

**Documentação do proponente/proprietário pessoa jurídica:**

- a) ato constitutivo;
- b) cédula de identidade do representante legal;
- c) comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- g) certidão negativa de infrações trabalhistas; e
- h) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Documentação do proponente/proprietário pessoa física:

- a) cédula de identidade;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão negativa cível; e
- f) certidão negativa de infrações trabalhistas.

ANEXO C**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRA**

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no CPF sob nº (informar), na qualidade de locador(a) do imóvel localizado à (endereço), autorizo o(a) locatário(a) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede no(a)....., na cidade de...../Estado....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, a realizar obras e adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades no referido imóvel.

(município) – (UF), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura)
(nome do(a) locador(a))

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0009/2022/43PJ/CGR**

A 43ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Notícia de Fato no Inquérito Civil abaixo discriminado, que pode ser integralmente acessado, via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000615-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS (CNPJ 03.995.396/0001-42)

Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas).

Campo Grande/MS, 03 de junho de 2022.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO N. 03/2022**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 43ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, com fundamento no art. 27, inc. IV, da Lei Federal n. 8.625/1993; na Resolução 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); e

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) prevê como direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (art. 6º, inc. I);

CONSIDERANDO que o Estatuto do Torcedor assegura ao torcedor-consumidor o direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas (art. 13, *caput*);

CONSIDERANDO, após análise dos laudos contidos no Inquérito Civil n. 06.2022.00000615-4, ser possível concluir que o Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas) atende razoavelmente as condições de segurança e conforto para realização de jogos de futebol profissional no Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional – Sub 20 - Edição 2022;

CONSIDERANDO, no entanto, que a referida utilização deve se dar em acordo com as restrições apontadas pelo laudo de segurança;

CONSIDERANDO, no entanto, que a referida utilização deve se dar mediante redução da capacidade máxima do Estádio de 3.500 para 2.300 torcedores e a interdição dos setores 6, 7 e 8 (visitantes), em razão da restrição apontada pelo laudo de segurança;

RECOMENDA à Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul que a utilização do Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas) deve se dar com observação às condicionantes estabelecidas pela Polícia Militar:

- I) Número máximo de torcedores: 2.300
- II) Não utilização dos setores 6, 7 e 8 da arena.

REQUISITA o Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informações acerca das providências adotadas em razão da presente recomendação, registrando-se desde logo que a ausência ou insuficiência de resposta à requisição, bem como o não acatamento ao recomendado, ensejará a adoção das medidas cabíveis.

Campo Grande/MS, 3 de junho de 2022.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

CORUMBÁ**EDITAL 0015/2022/05PJ/CBA****Autos de Inquérito Civil nº 06.2022.00000612-1**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2022.00000612-1, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Glaucete Santos de Mello

Assunto: Apurar acúmulo ilegal de cargos públicos por Glaucete Santos de Mello.

Corumbá/MS, 06 de junho de 2022.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0007/2022/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2022.00004947-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: José Eduardo da Silva

Objeto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00001297-0

Amambai (MS), 06 de junho de 2022.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0008/2022/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 10.05.2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio e sua 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e os senhores Cidenivom Alvino Pereira e Vivaldo Oliveira dos Santos, respectivamente, proprietário e arrendatário do imóvel denominado Chácara Voni, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil:06.2020.00001213-7, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Amambai (MS), 06 de junho de 2022.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

TÍTULO I - PARTES

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

COMPROMISSÁRIO(s):

CIDENIVOM ALVINO PEREIRA, brasileiro, empresário, CI-RG 3432136/SSP/MS e CPF 459.931.909-06, com endereço na av. Duque de Caxias, 2220, Vila Planalto, Caarapó (residência) e rua Fidelino Jose Trindade, n. 2099, em Caarapó (empresa) doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*; e

VIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, agricultor, CI-RG 037380/SSP/MS e CPF 249.379.831-72, com endereço na Chácara Voni, em Amambai (MS) doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*;

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(s) EMPREENDIMENTO(s)

EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE: Regularização jurídico-ambiental da propriedade de matrícula(s) n. 4.296, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Amambai (MS), denominada Chácara Voni, de responsabilidade dos compromissários.

TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O(s) *COMPROMISSÁRIO(s)* reconhece(m) que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.

**EDITAL Nº 0009/2022/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 10.05.2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio e sua 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e senhor Waldemar Bambil da Luz, proprietário do imóvel denominado Fazenda Novo Recreio, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil:06.2020.00001114-9, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Amambai (MS), 06 de junho de 2022.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

TÍTULO I - PARTES

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

COMPROMISSÁRIO(s):

WALDEMAR BAMBIL DA LUZ, brasileiro, pecuarista, solteiro, CI-RG 663.845/SSP/MS e CPF 137.625.911-72, com endereço na Rua Colombo, n. 1246, Vila Mendonça, em Amambai (MS), doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*.

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(S) EMPREENDIMENTO(S)

EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE: Regularização jurídico-ambiental da propriedade de matrícula(s) n. 24.961, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Amambai (MS), denominada Fazenda Novo Recreio, de responsabilidade do compromissário.

TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O(s) COMPROMISSÁRIO(s) reconhece(m) que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.

EDITAL Nº 0010/2022/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 10.05.2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e o senhor Heloaldo Bambil da Luz, proprietário do imóvel denominado Socego, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil:06.2020.00001235-9, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Amambai (MS), 06 de junho de 2022.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

TÍTULO I - PARTES

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

COMPROMISSÁRIO(s):

HELOALDO BAMBIL DA LUZ, brasileiro, agricultor, casado, CI-RG 2.091.339/SSP/MS e CPF 173.320.441-53, com endereço na rua Walter Gomes Caimar, n. 396, Vila Pimentel, em Amambai (MS), doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*;

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(S) EMPREENDIMENTO(S)

EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE: Regularização jurídico-ambiental da propriedade de matrícula(s) n. 24.669, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Amambai (MS), denominada Fazenda Socego, de responsabilidade do compromissário.

TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O(s) COMPROMISSÁRIO(s) reconhece(m) que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.